



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SESSÃO CONJUNTA)

ANO LXV - Nº 10 - QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE MAIO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos (Breves Comunicações)

Deputado Domingos Dutra 01501

Deputado Luiz Carlos Hauly 01501

Deputado Ivan Valente 01502

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei nº 1, de 2010-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$442.723.360,00 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado**, tendo usado da palavra os Srs. Luiz Carreira, José Carlos Aleluia, Rogério Marinho e Édio Lopes. **À sanção.** 01504

1.3.2 – Item 2

Projeto de Lei nº 3, de 2010-CN, que altera o inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 12.214, de 26

de janeiro de 2010, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2010. **Retirado da Pauta**, após usarem da palavra pela ordem os Deputados Luiz Carreira, Rogério Marinho e Gilmar Machado. 01512

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional, quinta-feira, dia 27, às 10 horas..... 01512

1.5 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 9ª Sessão Conjunta, em 25 de maio de 2010

4º Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Marco Maia

(Inicia-se a sessão às 21 horas e encerra-se às 21 horas e 35 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento das Senhoras e dos Senhores Senadores:

83ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA

Período : 25/5/2010 07:36:32 até 25/5/2010 21:38:22

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLIÇY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	MT	JORGE YANAI	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PSC	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TÍAO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	

Compareceram: 65 Senadores

*É o seguinte o registro de comparecimento
das Senhoras e dos Senhores Deputados:*

53ª LEGISLATURA**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 009 - 25/05/2010**

Início : 25/05/2010 21:00

Fim : 25/05/2010 21:36

Total de Presentes : 413

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Angela Portela	PT	PmdbPtc
002 - Edio Lopes	PMDB	
003 - Francisco Rodrigues	DEM	
004 - Luciano Castro	PR	PsbPCdoBPmnPrb
005 - Maria Helena	PSB	
007 - Neudo Campos	PP	
Presentes Roraima: 6		
AMAPÁ		
009 - Dalva Figueiredo	PT	PsbPCdoBPmnPrb
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
012 - Fátima Pelaes	PMDB	
016 - Janete Capiberibe	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
014 - Jurandil Juarez	PMDB	PmdbPtc
015 - Lucenira Pimentel	PR	PDT
017 - Sebastião Bala Rocha	PDT	
Presentes Amapá: 7		
PARÁ		
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	PmdbPtc
019 - Beto Faro	PT	PmdbPtc
021 - Elcione Barbalho	PMDB	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
028 - Lira Maia	DEM	PT
029 - Lúcio Vale	PR	
030 - Paulo Rocha	PT	
035 - Vic Pires Franco	DEM	PSDB
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
025 - Zé Geraldo	PT	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	PSC
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 12		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PMDB	PmdbPtc
041 - Francisco Praciano	PT	PmdbPtc
580 - Lupércio Ramos	PMDB	
036 - Marcelo Serafim	PSB	
042 - Rebecca Garcia	PP	PsbPCdoBPmnPrb
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb

	Partido	Bloco
Presentes Amazonas: 6		
RONDONIA		
047 - Anselmo de Jesus	PT	
044 - Ernandes Amorim	PTB	
045 - Lindomar Garçon	PV	
050 - Marinha Raupp	PMDB	PmdbPtc
046 - Mauro Nazif	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
049 - Moreira Mendes	PPS	
Presentes Rondonia: 6		
ACRE		
053 - Fernando Melo	PT	
055 - Gladson Cameli	PP	
052 - Henrique Afonso	PV	
058 - Ilderlei Cordeiro	PPS	
057 - Nilson Mourão	PT	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
059 - Sergio Petecão	PMN	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Acre: 7		
TOCANTINS		
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
061 - João Oliveira	DEM	
062 - Laurez Moreira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
063 - Lázaro Botelho	PP	
064 - Moises Avelino	PMDB	PmdbPtc
066 - Nilmar Ruiz	PR	
065 - Osvaldo Reis	PMDB	PmdbPtc
067 - Vicentinho Alves	PR	
Presentes Tocantins: 8		
MARANHÃO		
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
073 - Clóvis Fecury	DEM	
071 - Davi Alves Silva Júnior	PR	
072 - Domingos Dutra	PT	
076 - Flávio Dino	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
075 - Gastão Vieira	PMDB	PmdbPtc
077 - Julião Amin	PDT	
078 - Nice Lobão	DEM	
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	PmdbPtc
081 - Professor Setimo	PMDB	PmdbPtc
074 - Ribamar Alves	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
085 - Sarney Filho	PV	
575 - Zé Vieira	PR	
Presentes Maranhão: 15		
CEARÁ		
087 - Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPtc
092 - Ariosto Holanda	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
090 - Arnon Bezerra	PTB	

	Partido	Bloco
CEARÁ		
088 - Chico Lopes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
095 - Eunício Oliveira	PMDB	PmdbPtc
094 - Flávio Bezerra	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
100 - Gorete Pereira	PR	
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Leo Alcântara	PR	
104 - Manoel Salviano	PSDB	
099 - Marcelo Teixeira	PR	
105 - Mauro Benevides	PMDB	PmdbPtc
106 - Paulo Henrique Lustosa	PMDB	PmdbPtc
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PR	
108 - Zé Gerardo	PMDB	PmdbPtc
Presentes Ceará: 18		
PIAUI		
109 - Átila Lira	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
112 - Ciro Nogueira	PP	
566 - José Maia Filho	DEM	
114 - Júlio Cesar	DEM	
110 - Marcelo Castro	PMDB	PmdbPtc
115 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
118 - Paes Landim	PTB	
599 - Themístocles Sampaio	PMDB	PmdbPtc
Presentes Piauí: 9		
RIO GRANDE DO NORTE		
542 - Betinho Rosado	DEM	
119 - Fábio Faria	PMN	PsbPCdoBPmnPrb
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
124 - João Maia	PR	
126 - Rogério Marinho	PSDB	
125 - Sandra Rosado	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Rio Grande do Norte: 7		
PARAÍBA		
129 - Armando Abílio	PTB	
128 - Efraim Filho	DEM	
133 - Luiz Couto	PT	
550 - Major Fábio	DEM	
130 - Manoel Junior	PMDB	PmdbPtc
131 - Marcondes Gadelha	PSC	
134 - Vital do Rêgo Filho	PMDB	PmdbPtc
136 - Wellington Roberto	PR	
139 - Wilson Braga	PMDB	PmdbPtc
Presentes Paraíba: 9		
PERNAMBUCO		

	Partido	Bloco
PERNAMBUCO		
142 - André de Paula	DEM	
144 - Armando Monteiro	PTB	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
151 - Bruno Rodrigues	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PSC	
587 - Charles Lucena	PTB	
154 - Edgar Moury	PMDB	PmdbPtc
156 - Eduardo da Fonte	PP	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
141 - Fernando Ferro	PT	
570 - Fernando Nascimento	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
145 - Inocêncio Oliveira	PR	
147 - José Chaves	PTB	
149 - José Mendonça Bezerra	DEM	
138 - Maurício Rands	PT	
148 - Paulo Rubem Santiago	PDT	
163 - Raul Henry	PMDB	PmdbPtc
155 - Raul Jungmann	PPS	
159 - Roberto Magalhães	DEM	
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 21		
ALAGOAS		
531 - Augusto Farias	PTB	
162 - Benedito de Lira	PP	
165 - Carlos Alberto Canuto	PSC	
169 - Francisco Tenório	PMN	PsbPCdoBPmnPrb
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
172 - Joaquim Beltrão	PMDB	PmdbPtc
171 - Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPtc
Presentes Alagoas: 7		
SERGIPE		
173 - Albano Franco	PSDB	
175 - Eduardo Amorim	PSC	
177 - Iran Barbosa	PT	
174 - Jackson Barreto	PMDB	PmdbPtc
176 - Jerônimo Rels	DEM	
178 - José Carlos Machado	DEM	
179 - Mendonça Prado	DEM	
183 - Valadares Filho	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
Presentes Sergipe: 8		
BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM	
186 - Claudio Cajado	DEM	
184 - Colbert Martins	PMDB	PmdbPtc
188 - Daniel Almeida	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
190 - Fábio Souto	DEM	

	Partido	Bloco
BAHIA		
191 - Félix Mendonça	DEM	
194 - Fernando de Fabinho	DEM	
185 - Geraldo Simões	PT	
198 - João Almeida	PSDB	
187 - João Carlos Bacelar	PR	
199 - João Leão	PP	
201 - Jorge Khoury	DEM	
202 - José Carlos Aleluia	DEM	
197 - José Carlos Araújo	PDT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
196 - Lídice da Mata	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
204 - Luiz Alberto	PT	
182 - Luiz Bassuma	PV	
205 - Luiz Carreira	DEM	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PMDB	PmdbPtc
554 - Márcio Marinho	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
200 - Marcos Medrado	PDT	
210 - Mário Negromonte	PP	
214 - Paulo Magalhães	DEM	
211 - Roberto Britto	PP	
212 - Sérgio Barradas Carneiro	PT	
213 - Sérgio Brito	PSC	
215 - Severiano Alves	PMDB	PmdbPtc
216 - Tonha Magalhães	PR	
523 - Uldurico Pinto	PHS	
219 - Veloso	PMDB	PmdbPtc
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 33		
MINAS GERAIS		
227 - Antônio Andrade	PMDB	PmdbPtc
223 - Aracely de Paula	PR	
232 - Bilac Pinto	PR	
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	
222 - Carlos Willian	PTC	PmdbPtc
231 - Edmar Moreira	PR	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
237 - Elismar Prado	PT	
241 - George Hilton	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
238 - Geraldo Thadeu	PPS	
234 - Gilmar Machado	PT	
240 - Jaime Martins	PR	
246 - Jô Moraes	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
251 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	PmdbPtc
250 - Júlio Delgado	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPtc

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
243 - Lincoln Portela	PR	
256 - Luiz Fernando Faria	PP	
247 - Márcio Reinaldo Morelra	PP	
577 - Marcos Lima	PMDB	PmdbPtc
257 - Marcos Montes	DEM	
259 - Maria Lúcia Cardoso	PMDB	PmdbPtc
260 - Márlo de Oliveira	PSC	
267 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	PmdbPtc
262 - Miguel Martini	PHS	
269 - Odair Cunha	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
598 - Paulo Delgado	PT	
266 - Paulo Piau	PMDB	PmdbPtc
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saralva Felipe	PMDB	PmdbPtc
590 - Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPtc
Presentes Minas Gerais: 39		
ESPÍRITO SANTO		
576 - Capitão Assunção	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
276 - Jurandy Loureiro	PSC	
278 - Luiz Paulo Vellozo Lucas	PSDB	
275 - Manato	PDT	
Presentes Espírito Santo: 4		
RIO DE JANEIRO		
284 - Alexandre Cardoso	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
285 - Alexandre Santos	PMDB	PmdbPtc
286 - Arnaldo Vianna	PDT	
288 - Arolde de Oliveira	DEM	
290 - Carlos Santana	PT	
289 - Chico D'Angelo	PT	
292 - Cida Diogo	PT	
297 - Deley	PSC	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	
544 - Dr. Paulo César	PR	
294 - Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
298 - Edson Ezequiel	PMDB	PmdbPtc
299 - Edson Santos	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPtc
301 - Felipe Bornier	PHS	
296 - Fernando Gabeira	PV	
603 - Fernando Gonçalves	PTB	
304 - Fernando Lopes	PMDB	PmdbPtc
303 - Filipe Pereira	PSC	
306 - Hugo Leal	PSC	
302 - Jair Bolsonaro	PP	

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
310 - Jorge Bittar	PT	
308 - Leandro Sampaio	PPS	
309 - Léo Vivas	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
312 - Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPtc
313 - Luiz Sérgio	PT	
311 - Marcelo Itagiba	PSDB	
317 - Miro Teixeira	PDT	
315 - Neilton Mulim	PR	
318 - Nelson Bornier	PMDB	PmdbPtc
316 - Otavio Leite	PSDB	
322 - Rodrigo Maia	DEM	
320 - Rogerio Lisboa	DEM	
321 - Silvio Lopes	PSDB	
327 - Simão Sessim	PP	
323 - Solange Almeida	PMDB	PmdbPtc
324 - Solange Amaral	DEM	
325 - Suely	PR	
328 - Vinicius Carvalho	PTdoB	
Presentes Rio de Janeiro: 39		
SÃO PAULO		
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
333 - Antonio Bulhões	PRB	PsbPCdoBPmnPrb
335 - Antonio Palocci	PT	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
343 - Arnaldo Madeira	PSDB	
340 - Beto Mansur	PP	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
344 - Celso Russomanno	PP	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
346 - Dimas Ramalho	PPS	
347 - Dr. Talmir	PV	
348 - Dr. Ublali	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
350 - Duarte Nogueira	PSDB	
351 - Edson Aparecido	PSDB	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
586 - Fernando Chiarelli	PDT	
354 - Fernando Chucre	PSDB	
355 - Francisco Rossi	PMDB	PmdbPtc
357 - Guilherme Campos	DEM	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
553 - Jefferson Campos	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
360 - Jilmar Tatto	PT	
362 - João Dado	PDT	
361 - João Paulo Cunha	PT	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
365 - José Genoíno	PT	
367 - José Mentor	PT	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
539 - Luciana Costa	PR	
371 - Luiza Erundina	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
377 - Marcelo Ortiz	PV	
380 - Michel Temer	PMDB	PmdbPtc
374 - Milton Monti	PR	
381 - Nelson Markezelli	PTB	
585 - Paes de Lira	PTC	PmdbPtc
373 - Paulo Maluf	PP	
372 - Paulo Pereira da Silva	PDT	
376 - Paulo Teixeira	PT	
379 - Regis de Oliveira	PSC	
383 - Renato Amary	PSDB	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
568 - Roberto Alves	PTB	
386 - Roberto Santiago	PV	
388 - Silvio Torres	PSDB	
393 - Valdemar Costa Neto	PR	
391 - Vanderlei Macris	PSDB	
396 - Vicentinho	PT	
397 - Walter Feldman	PSDB	
394 - Walter Ithoshi	DEM	
395 - William Woo	PPS	
Presentes São Paulo: 58		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPtc
605 - Chico Daltro	PP	
401 - Eliene Lima	PP	
402 - Homero Pereira	PR	
405 - Thelma de Oliveira	PSDB	
406 - Wellington Fagundes	PR	
Presentes Mato Grosso: 7		
DISTRITO FEDERAL		
408 - Alberto Fraga	DEM	
407 - Augusto Carvalho	PPS	
409 - Jofran Frejat	PR	
410 - Laerte Bessa	PSC	
411 - Magela	PT	
416 - Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	PmdbPtc
Presentes Distrito Federal: 7		

	Partido	Bloco
GOIÁS		
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	PmdbPtc
417 - Íris de Araújo	PMDB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	PmdbPtc
420 - Leandro Vilela	PMDB	
421 - Leonardo Vilela	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPtc
423 - Marcelo Melo	PMDB	PmdbPtc
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPtc
430 - Pedro Wilson	PT	
427 - Roberto Balestra	PP	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PR	
Presentes Goiás: 14		
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
434 - Antonio Cruz	PP	
433 - Dagoberto	PDT	
595 - Marçal Filho	PMDB	PmdbPtc
438 - Vander Loubet	PT	PmdbPtc
439 - Waldemir Moka	PMDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 6		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
457 - Cassio Taniguchi	DEM	
447 - Cezar Silvestri	PPS	
446 - Chico da Princesa	PR	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	DEM	
466 - Giacobbo	PR	PmdbPtc
450 - Gustavo Fruet	PSDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
460 - Luiz Carlos Setim	DEM	
538 - Marcelo Almeida	PMDB	
462 - Moacir Micheletto	PMDB	PmdbPtc
458 - Nelson Meurer	PP	PmdbPtc
459 - Odílio Balbinotti	PMDB	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
464 - Ratinho Junior	PSC	PmdbPtc
467 - Reinhold Stephanes	PMDB	

	Partido	Bloco
PARANÁ		
468 - Rodrigo Rocha Loures	PMDB	PmdbPtc
591 - Wilson Picler	PDT	
Presentes Paraná: 26		
SANTA CATARINA		
471 - Angela Amin	PP	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPtc
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPtc
478 - Fernando Coruja	PPS	
479 - Gervásio Silva	PSDB	
473 - João Matos	PMDB	PmdbPtc
474 - João Pizzolatti	PP	
574 - Jorge Boeira	PT	
480 - Mauro Mariani	PMDB	PmdbPtc
482 - Paulo Bornhausen	DEM	
483 - Valdir Colatto	PMDB	PmdbPtc
484 - Vignatti	PT	
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 14		
RIO GRANDE DO SUL		
490 - Beto Albuquerque	PSB	PsbPCdoBPmnPrb
491 - Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPtc
495 - Eliseu Padilha	PMDB	PmdbPtc
493 - Enio Bacci	PDT	
571 - Fernando Marroni	PT	
498 - Henrique Fontana	PT	
492 - Ibsen Pinheiro	PMDB	PmdbPtc
501 - José Otávio Germano	PP	
506 - Luciana Genro	PSOL	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
494 - Manuela D'Ávila	PCdoB	PsbPCdoBPmnPrb
496 - Marco Maia	PT	
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PmdbPtc
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
513 - Paulo Pimenta	PT	
502 - Paulo Roberto Pereira	PTB	
503 - Pepe Vargas	PT	
511 - Renato Molling	PP	
512 - Sérgio Moraes	PTB	
516 - Vilson Covatti	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 20		

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – As listas de presenças acusam o comparecimento de 65 Senhoras e Senhores Senadores e 413 Senhoras e Senhores Deputados.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a Procuradoria-Geral da República, a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a OIT estão realizando, de hoje até quinta-feira, um seminário sobre o trabalho escravo no País.

Neste mês de maio, a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que reúne um conjunto de entidades que lutam para erradicar essa prática criminosa no País, vai entregar ao Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, um abaixo-assinado com mais de 500 mil assinaturas, fazendo um apelo para que a PEC nº 438, de 2001, volte ao plenário desta Casa.

Essa proposta de emenda constitucional foi votada em primeiro turno, após tramitar por 9 anos nesta Casa. É de autoria do ex-Senador Ademir Andrade, do PSB do Pará e, apesar de quase uma década, não se consegue pautar essa PEC para ser votada. É uma vergonha que, em nosso País, em pleno século XXI, após 122 anos da abolição da escravatura, ainda tenhamos que conviver com esta prática imoral, ilegal e criminosa que é a do trabalho escravo.

Mais de 25 mil brasileiros foram encontrados, no ano passado, em situação de trabalho escravo e, lamentavelmente, os Estados mais pobres, como o Maranhão, são fornecedores de mão de obra escrava tanto para o Estado de São Paulo, para a prática do corte de cana, como ao Estado de Minas Gerais e a outros Estados do Norte.

Quero, portanto, desta tribuna, somar-me a quase meio milhão de brasileiros para pedir ao Deputado Michel Temer e ao Deputado Marco Maia, que exerce neste momento a Presidência da Casa, que pautem essa PEC.

Vimos que a sociedade brasileira se mobilizou, apresentou o Projeto Ficha Limpa e, em tempo recorde, esta Casa e o Senado Federal o aprovaram, para tentar moralizar a política brasileira, evitando que po-

líticos desonestos sejam candidatos e se escondam atrás das instituições para praticar crimes.

Espero que o mesmo tratamento seja dado à PEC nº 438, porque também virá para cá um abaixo-assinado pedindo que a Câmara pautе essa importante PEC para o País.

Sei que só a PEC não resolve, mas ela vai garantir que a União Federal possa expropriar, confiscar propriedades onde exista a prática do trabalho escravo, o que vai ser um sinal positivo. É evidente que outras medidas deverão ser tomadas. A União, em conjunto com os Estados, tem estrutura política e administrativa para coibir essa prática ilegal e imoral.

O Senador José Nery, do PSOL, está coordenando a Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, e eu estou na Secretaria. Vamos juntar forças para, na próxima semana, entregar ao Presidente Michel Temer essa PEC.

Tenho certeza de que a atual Mesa, com o Presidente Michel Temer, terá a mesma sensibilidade que teve com o Projeto Ficha Limpa, que veio a este plenário, foi votado e brevemente o Presidente Lula vai sancioná-lo.

Desejo que o seminário que está sendo realizado pela Procuradoria tenha êxito. Espero que as entidades sindicais, urbanas e rurais, aumentem as assinaturas para chegarmos a 1 milhão, entregando-as ao Presidente Michel Temer na próxima semana, pedindo que seja pautada a PEC nº 438, para pôr fim ao trabalho escravo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT-RS) – Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, estou coletando assinaturas para a PEC que isenta de tributos qualquer tipo de alimento em toda a cadeia produtiva, desde os insumos agrícolas, os produtos **in natura** e os produtos industrializados da agricultura. Isso vai se constituir no maior programa social de combate à fome e de transferência de renda de toda a história brasileira.

Se tirarmos a carga tributária dos alimentos, podemos deslocá-la para outros itens de consumo das famílias mais ricas. Ou seja, vamos tributar os ricos, os poderosos deste País e isentar os alimentos.

É verdade que, ao se isentar os alimentos, isenta-se toda a população, mas quem gasta mais com alimentos são as famílias de trabalhadores. Hoje, no Brasil, uma família que ganha 2 salários mínimos está pagando 53% de carga tributária, de impostos, enquanto uma família rica paga menos do que 26%, a metade.

Então, vamos começar a verdadeira justiça social dando apoio a essa PEC.

Estou apresentando, Presidente Marco Maia – e quero contar com o apoio de V.Ex^a, da Casa e também dos Senadores –, um projeto de lei de ficha limpa, mãos limpas e transparência para todas as atividades. Nós já o aprovamos para os políticos, candidatos às eleições, e agora ficaria assim:

“Art. 1º Ficam impedidos de ocupar cargo de direção ou em conselhos de administração e fiscais em pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, entidade de utilidade pública, entidade de classe ou sindical, associação legalmente constituída, organização não governamental, entidade esportiva, partidos políticos, organizações da sociedade civil de interesse público, assim como cargos de direção e assessoramento superior e funções de confiança na Administração Pública Federal, direta ou indireta, no Poder Judiciário e no Poder Legislativo, e de exercer atividades em emissoras de rádio e televisão:

I – os que forem condenados em decisão transitada em julgado (...).”

Isso nos mesmos termos da legislação que aprovamos no Ficha Limpa para as eleições. E também estendendo a prestação de contas, no Tribunal de Contas da União ou Estadual, conforme o caso, ao cônjuge ou companheiro ou parente. Com esse projeto, nós vamos ter um Ficha Limpa para todas as atividades públicas deste País, da administração direta ou indireta, autárquica, fundacional, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também do terceiro setor e das representações.

Eu espero contar com apoio de todos os Parlamentares, Deputados e Senadores, para votarmos com a maior rapidez esse projeto. Também peço apoio das entidades, como a CNBB, o CONIC, o Movimento de Combate à Corrupção, a OAB, porque a OAB liderou também o movimento do Ficha Limpa.

É hora de passar o País a limpo e, para isso, é preciso apoiar esse projeto de nossa iniciativa. Quero que ele seja subscrito por todos os Parlamentares. Vou trazê-lo direto para o plenário, já com o pedido de urgência, como foi o Projeto Ficha Limpa, para termos também ficha limpa na política brasileira, colocando os corruptos, os condenados para fora das campanhas políticas e também todos aqueles que trabalham com dinheiro público de uma forma ou outra neste País.

É importante moralizarmos o País. Entendo que esse projeto é de fundamental importância.

Há outro projeto de lei, o de responsabilidade eleitoral. Ou seja, aquele que prometer alguma coisa em campanha política terá que registrar a promessa em cartório e, se não cumpri-la, perderá o mandato. Ele será chamado de Lei de Responsabilidade Eleitoral, mais ou menos como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda temos que aprovar um conjunto de medidas moralizadoras neste País.

A partir do final do mês, entrará em vigor a nova etapa da transparência de prestação de contas. Há 10 anos existe o *site* contaspublicas.gov.br, através do qual as prefeituras, Estado e Governo Federal são obrigados a prestar contas mensalmente. Agora essa prestação de contas será diária, o que é uma grande conquista.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, vamos tratar aqui do linchamento da dívida pública brasileira. É um depoimento que eu faço, depois vou registrá-lo.

No final da semana passada, a grande imprensa cobriu o novo acordo do Tesouro com o BNDES e o seu impacto sobre o crescimento da dívida pública. O segundo empréstimo, que foi de 80 bilhões de reais, fez com que a dívida crescesse mais de 92 bilhões de reais somente no mês e seu total ultrapassasse 1 trilhão e meio de reais. Isso sem falar nos mais de 550 bilhões de reais das operações de mercado aberto que não estão registradas como dívida pública, mas que a CPI da Dívida Pública detectou e denunciou. Para isso, foi emprestado mais dinheiro ao BNDES. Desde o início da crise financeira internacional, em 2008, o Tesouro já emprestou a essa instituição 180 bilhões de reais.

Alguém poderia dizer que tudo que é para investimento gera emprego, distribui renda etc., só que se esquece que o Tesouro está perdendo dinheiro com essas operações e quem paga é o cidadão brasileiro. Por quê? Porque a taxa de juros que recai sobre os títulos da dívida pública, ou seja, de 9,5% até 13%, como detectou também a nossa CPI, é muito maior do que a taxa praticada pelo BNDES nos empréstimos feitos às empresas. Detectamos também que a parcela da dívida pública em títulos prefixados com taxas de juros definidas também está crescendo, assim como os títulos corrigidos pela SELIC. Ou seja, com aumento da inflação, o custo da dívida está crescendo exponencialmente. É isso o que estamos denunciando neste momento.

Para os Ministros da área econômica Henrique Meirelles e Guido Mantega isso não representa nenhum risco para a economia. Ou seja, pagar 36% do orçamento em juros da dívida pública não significa nenhum risco para o orçamento brasileiro, assim como a projeção, para 2010, de ter 65% do PIB como o equivalente à nossa dívida pública bruta também não representa nenhum risco.

Depois, os impactos sociais não são ventilados, na educação, na saúde, na segurança pública, na moradia popular e assim por diante, como pudemos constatar na análise que fizemos.

Por isso, somos aqui pela denúncia do dogma que foi criado. O problema da dívida pública é um grande tabu, inclusive no tratamento com a mídia. A mídia não divulga isso como um problema. Por quê? Porque o sofrimento, a humilhação que está atrás disso – são 380 bilhões de reais pagos em juros e amortizações –, em uma fila de hospital, na criança fora da creche, na moradia em favela e assim por diante, isso não causa impacto na sociedade brasileira e não tem divulgação.

Sr. Presidente, nós estamos assistindo ao que está acontecendo na Grécia. O capital especulativo não é punido. Pelo contrário, é o povo que vai pagar essa conta.

Em razão disso, protocolamos o nosso voto em separado no Ministério Público e queremos citar o que disse o Subprocurador-Geral da República Eugênio Aragão: há claramente disfunções sistemáticas e interesses obscuros na economia brasileira. Caso sejam detectados indícios de crimes contra o patrimônio público, serão tomadas as devidas providências para responsabilizar os envolvidos, seja por abertura de processos criminais e/ou ressarcimento aos cofres públicos.

Por isso, entregamos ao Ministério Público a denúncia e esperamos uma auditoria completa da dívida pública brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o pronunciamento na íntegra:

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, no final da semana passada, a imprensa divulgou o impacto que um novo acordo do Tesouro com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) teve sobre o crescimento da dívida pública brasileira. O segundo empréstimo, de 80 bilhões de reais, fez com que a dívida crescesse mais de 92 bilhões de reais somente no último mês e seu total ultrapassasse 1,5 trilhão de reais. Para emprestar recursos ao BNDES, foram emitidos 74,33 bilhões de reais em títulos da di-

vida pública. Este mês, mais 5 bilhões de reais serão liberados ao Banco. Desde o início da crise financeira internacional, em 2008, o Tesouro já emprestou ao Banco 180 bilhões de reais. E assim a nave vai...

O objetivo dos empréstimos do Tesouro ao BNDES é aumentar a possibilidade de financiamento de projetos de investimento no País. Isso é importante, ninguém duvida, para dinamizar a economia nacional – sobretudo em tempos de crise. A questão é que, ao fornecer recursos ao BNDES, o Tesouro está perdendo dinheiro – e o cidadão brasileiro também. Sim, porque a taxa de juros que recai sobre os títulos da dívida é muito maior do que a taxa praticada pelo Banco nos empréstimos feitos às empresas.

Outro problema: os números do Governo mostram que a parcela da dívida pública em títulos prefixados (com taxa de juros definida) está crescendo. Mas também estão crescendo os títulos corrigidos pela taxa SELIC. Ou seja, com o aumento da inflação, o custo da dívida também cresce. Sem falar no mecanismo de juros sobre juros – considerado ilegal pelo STF, mas aplicado na rolagem da dívida brasileira –, que faz o momento disparar de forma exponencial.

Tudo isso deveria ser suficiente para frear os impulsos do Governo Federal em aumentar a dívida pública, e não o contrário. Mas, segundo a avaliação do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em depoimento na CPI da Dívida Pública, “o país não corre riscos”.

Para eles, comprometer 6% do orçamento anual do País no pagamento de juros e amortizações da dívida, e outro montante para a rolagem dos títulos, não é um problema. Tampouco constatar que o montante da dívida projetado para 2010 equivale a 6,5% do nosso PIB, percentual este em permanente tendência de crescimento. O que falar então da manutenção da política de superávit primário, que seguirá consumindo o equivalente a mais de 3% do PIB nacional nos próximos anos?

Nessa lógica, sempre sobrarão desculpas para justificar a impossibilidade de reajustar com dignidade o valor das aposentadorias ou para aprovar o fim do fator previdenciário – uma das maiores injustiças cometidas contra os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

O problema, Sr. Presidente, é que esses debates não são feitos publicamente de forma relacionada. Não se questiona – porque isso se tornou um dogma em nosso País – a política de pagamento dos juros, amortizações e rolagem da dívida no debate nacional sobre a previdência social, ou sobre a necessidade de mais investimentos na saúde ou na educação.

Vejamos o que está acontecendo com a Grécia, obrigada a se submeter aos desmandos do capitalismo financeiro internacional diante da falta de condições de gerenciar sua própria dívida pública. Lá, assim como aqui, quem está pagando o preço por essa política é o elo mais fraco da corrente.

No Brasil, a própria realização da CPI da Dívida Pública é ignorada. Há 2 semanas os trabalhos da Comissão foram concluídos e todos os documentos levantados foram encaminhados ao Ministério Público Federal. A Procuradoria-Geral da República acredita na hipótese de indícios de irregularidades nos acordos de endividamento e no pagamento da dívida pública, e vai criar um grupo de trabalho para aprofundar o estudo do conjunto de documentos e análises técnicas elaboradas pela CPI.

Para o Subprocurador-Geral da República Eugênio Aragão, há disfunções sistemáticas e interesses obscuros na economia brasileira. Caso sejam detectados indícios de crimes contra o patrimônio público, serão tomadas as devidas providências para responsabilizar os envolvidos, seja por abertura de processos criminais e/ou ressarcimento aos cofres públicos.

Nós defendemos uma auditoria completa da dívida pública brasileira. É preciso saber quem ganhou com a realização de contratos que violam a soberania nacional, geraram danos enormes ao Erário e hoje se transformaram no verdadeiro nó do desenvolvimento nacional. Uma auditoria da dívida mostrará em definitivo para o povo brasileiro que o custo da dívida interna não é um “mito” e que qualquer alteração na política de endividamento seria prejudicial à economia brasileira, como afirmam seus defensores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Inicia-se a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Item 1

PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2010-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 2010-CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$442.723.360,00 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.*”

Ao projeto de lei foram apresentadas duzentas e vinte quatro emendas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização, em seu Parecer nº 3, de 2010-CN (Relator: Deputado Edio Lopes), concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Em discussão o projeto.

Para discutir a matéria, Deputado Luiz Carreira.

O SR. LUIZ CARREIRA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PLN nº 1 veio a esta Casa abrindo um precedente muito grande. Já discutimos isso na Comissão e aqui, inclusive, na semana passada, alertando que mesmo com o acordo feito na Comissão, de votação desse projeto, para que não houvesse um prejuízo maior, esse precedente não poderia ser repetido – fazer corte em emendas individuais e remanejar para um projeto nacional que está, evidentemente, a critério do Ministério.

Foram feitas reuniões nos Ministérios, com a Liderança do Governo, com o Deputado Gilmar Machado e outros, com a Senadora Ideli Salvatti, e finalmente o Ministério se comprometeu a pegar o saldo remanescente, descontados os eventos, dentro do critério estabelecido pelo Ministério, para a infraestrutura e ficar vinculado ao Deputado.

Ou seja, mesmo não estando formalmente no projeto, como aliás iríamos votar agora, já que não foi concluído o parecer, vamos votar o projeto original que votamos na Comissão e que veio com um adendo, na verdade, indicando os saldos remanescentes.

Por isso, não temos nada a objetar com relação à condução do procedimento de votação, mas vamos nos posicionar contrários mais uma vez à aprovação desse projeto, porque abre um precedente muito grande. Amanhã qualquer Ministério pode se sentir no direito e na vontade de querer remanejar saldo de emendas individuais de Deputados para alocar em projetos nacionais e fazer o belo uso que quiserem. Portanto, fica mais uma vez registrado que esta Casa e os Parlamentares não devem, sob hipótese nenhuma, abrir mão de mais um precedente como o que está sendo apresentado agora.

Como não havia solução de natureza orçamentária para resolver a questão a curto prazo e a solução encontrada hoje acabou não tendo tempo hábil para fazê-lo, nós vamos concordar com a sua votação nos termos como foi votado na Comissão Mista de Orçamento, mas registrando o nosso voto contrário à aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Luiz Carreira.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Chamo para fazer uso da palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te, eu quero parabenizar o Ministro do Turismo. Todo mundo acha estranho: eu sou da Oposição e estou parabenizando o Ministro do Turismo.

Nós começamos de forma tímida, Deputados e Senadores, a colocar dinheiro para a festa. É uma demanda muito grande. Eu inclusive coloquei, porque meus municípios pedem, e eu não poderia ser diferente dos outros e dizer que não colocaria dinheiro para festa. Mas o Ministro entendeu que já havia dinheiro demais para isso.

Festa significa contratar uma banda, a banda toca; no outro dia, de manhã, deve só varrer o chão. O Ministro, de forma hábil, negociou com o Parlamento a retirada de duzentos...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Quatrocentos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Ele tirou uma parte dos 400 milhões de reais, tirou 200 e tantos milhões e deixou ainda uma parte para festa. Mostrou que é homem conciliador e tirou parte para a infraestrutura turística. Ou seja, os municípios vão aproveitar e fazer estruturas para atrair turismo.

Sou um Deputado que tenho na minha vida uma grande alegria que me foi dada pelo turismo. Estava até brincando com o Deputado Gilmar Machado que é uma missão importante e prazerosa trabalhar em turismo.

Quando fui Relator, Deputado Gilmar Machado, da emenda constitucional sobre cabotagem, a navegação entre portos brasileiros, a proposta do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso determinava que a navegação de cabotagem seria feita por navio brasileiro ou estrangeiro na forma da lei.

Começamos a ouvir todos os que investiam em cabotagem para aprovar aquele texto, porque o antigo dizia que era apenas por navio brasileiro, e verificamos, Deputado Waldemir Moka, que não havia nenhuma empresa brasileira operando navios de turismo no litoral brasileiro, exceto pequenas embarcações, e não havia ninguém construindo, porque é uma indústria totalmente diferente a de cabotagem.

Quem explora a indústria de turismo são as empresas de turismo, como a Iberostar. Fiz uma pequena mudança que dá alegria, com 2 palavras apenas. Em vez de escrever *“a navegação de cabotagem será feita por navio brasileiro ou estrangeiro na forma da lei”*, escrevemos *“a navegação de cabotagem de carga será feita por navio brasileiro ou estrangeiro na forma da lei”*.

Essas 2 palavras permitiram uma mudança radical. Quem abre os jornais brasileiros – hoje li **O Globo**, **O Estado de S.Paulo**, a **Folha de S.Paulo** e jornais da minha terra – observa a quantidade de navios de turismo no litoral brasileiro.

Estive outro dia no Mercado Modelo, no Restaurante Camafeu de Oxóssi, e não esperava ouvir do dono

do restaurante o seguinte: *“O senhor é responsável por manter estes restaurantes aqui”*. Porque na Bahia, por ano, sobretudo no litoral de Salvador, a média de navios de turismo que paravam era dois, no máximo três. Hoje, já se aproxima de uma centena. Há dias que param 2 navios. Portanto, é um negócio novo no Brasil.

Ontem, encontrei o Dr. Caio, que foi Presidente da EMBRATUR, em São Paulo. Ele disse: *“Olha, assisti a uma palestra da CVC sobre turismo. Eu disse a eles que estas duas palavras, ‘de carga’, mudaram muito o turismo brasileiro”*.

Não conheço o Ministro, mas quero parabenizá-lo pela decisão correta de retirar o dinheiro todo destinado à festa e parte do dinheiro de infraestrutura.

Portanto, particularmente, eu subi a esta tribuna para falar contra. Mas, lendo o texto, fiquei convencido de que é uma boa mudança. Ele está propondo coisa melhor do que o Congresso fez.

É assim que se faz a oposição: quando há coisa certa no Governo, nós temos de dizer que está certo; quando há coisa errada, nós subimos para dizer que está errado. Hoje foi o dia em que eu subi para dizer que está certo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia. Espero que essa sua decisão não tenha influência no clima do País.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Chamo para fazer uso da palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, o assunto em tela, o Projeto de Lei nº 1, de 2010, foi objeto de muita discussão no âmbito da Comissão de Orçamento, até pelo inusitado da proposta governamental.

Para fazer uma reflexão, o Governo está, na verdade, fechando as portas depois que nós fomos roubados. Nós até entendemos a motivação do Ministério do Turismo em redirecionar recursos previamente elencados por meio de emendas individuais para festejos em função do excesso.

Mas o Governo permitiu que as emendas fossem apontadas previamente, permitiu que a expectativa fosse gerada junto às prefeituras que tiveram esse recurso subtraído. Depois, abruptamente, propôs a modificação dessa rubrica orçamentária com a alegação de que não está aparelhado, não tem condições técnicas adequadas para fazer o processamento dessas emendas.

Ora, no ano passado, o Governo Federal implantou um procedimento diferenciado, o Sistema SICONV, justamente para facilitar a inclusão dos dados de convênios e, ao mesmo tempo, sua elaboração, execução

e acompanhamento da execução. Então, esse é um argumento, na minha opinião, tímido.

Fico mais com o argumento do nobre Deputado José Carlos Aleluia de que, em função do clamor popular surgido pelo número excessivo de festejos, o Governo redireciona esses recursos. Mas, volto a dizer, o fez de forma intempestiva, que gera, evidentemente, prejuízo da relação entre os Parlamentares e seus Prefeitos, que estavam naquela expectativa.

Nessa discussão, nós da Oposição tivemos uma conversa com o Governo, por intermédio do Ministério do Turismo e com seus representantes no Congresso. Na oportunidade, ficou decidido e acordado – é importante que esse acordo seja cumprido – que essa exceção não se tornará regra, não será levada em consideração em processos futuros, porque, dessa forma, estaremos inclusive aviltando o poder deste Legislativo, deste Parlamento, que pertence a todos nós, independentemente de sermos Oposição ou Governo.

Esse é um problema de fundo, em função da forma como se trata o Orçamento no Brasil. Nós temos um Orçamento autorizativo, quando nas democracias consolidadas – que é o caso da nossa – do mundo ocidental, via de regra, são impositivos.

Nós não estamos obstruindo. Nós iremos respeitar o nosso acordo. Mas o Projeto de Lei nº 16, de 2010, que já está na Casa, abre crédito de 104,5 milhões de reais para o Ministério da Saúde e vem com o mesmo viés, com a mesma tendência: anula novamente emendas individuais de Parlamentares e faz suplementações em função do poder discricionário do Executivo.

Então, queremos aqui reiterar o posicionamento da Oposição e pedir ao Governo que cumpra sua parte. O PLN nº 16 está na mesma situação. Eu pediria inclusive a atenção do Líder no Congresso.

Nós votaremos e encaminharemos contrariamente, e nosso acordo com o Governo é não obstruirmos para que haja a votação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não há mais oradores inscritos. Parece que o Deputado Édio Lopes quer falar, como Relator.

O SR. LUIZ CARREIRA (Bloco/PMDB – RR) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Deputado Édio Lopes, para falar como Relator.

O SR. ÉDIO LOPES (Bloco/PMDB-RR. Como relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Deputados, ao defendermos o relatório por nós proposto na Comissão de Orçamento, não poderíamos deixar, até por questão de justiça, de agradecer aos Srs. Líderes, que entenderam o objetivo da proposta, em especial o Deputado José Carlos Aleluia, para quem digo que não poderia

eu aqui utilizar argumentos mais apropriados e objetivos com relação à proposta.

O Sr. Ministro do Turismo demonstrou, ao encaminhar essa proposta a esta Casa, Sr. Presidente, um forte compromisso com este Parlamento, porque aquele Ministro poderia muito bem ter ficado quieto em seu gabinete, deixando o tempo passar, e as emendas das Sr^{as}. e dos Srs. Parlamentares iriam pura e simplesmente caindo no vazio, como tantas vezes ocorreu neste País.

O Ministério do Turismo, que no ano passado recebeu emendas para eventos em valor inferior a 300 milhões de reais, este ano recebe emenda com valor próximo de 1 bilhão de reais. Como sabemos, aquele Ministério não tem infraestrutura de pessoal para analisar toda a avalanche de propostas, fiscalizar e acompanhar a ocorrência dos eventos. Apesar disso, o Sr. Ministro, dando demonstração de compromisso e respeito com este Parlamento, encaminhou a esta Casa a proposta de remanejamento de parte dos recursos de emendas individuais das Sr^{as}. e dos Srs. Parlamentares para a área de infraestrutura. Aí, sim, teríamos uma infraestrutura em âmbito nacional, mesmo porque os projetos de engenharia são analisados pelo corpo de técnicos da Caixa Econômica Federal nos diversos Estados.

Portanto, como Relator, deixo o meu agradecimento a todos os Líderes que souberam entender este momento e aprovaram o relatório que saiu da Comissão de Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer na Câmara.

Quem deseja encaminhar?

O SR. LUIZ CARREIRA (DEM – BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar claro que nós não temos absolutamente nada contra a decisão do Ministério de reduzir as emendas de evento; muito pelo contrário, somos favoráveis a ela. Apenas entendemos que o procedimento poderia ter sido melhor planejado, já que só depois de todos os Parlamentares cadastrarem as emendas no SICONV a decisão de remanejamento foi tomada. O Ministério deveria ter estabelecido previamente o montante que poderia liberar para cadastramento no SICONV. Daí por que nosso registro.

O segundo ponto é que com isso abre-se o precedente nunca antes ocorrido nesta Casa – pelo menos não durante o período em que estou aqui – de se cancelar

emendas individuais de Parlamentares para transferir emenda nacional, que fica a critério do Ministério.

Por isso, registramos, assim como o PSDB, o nosso voto contrário. Mas, quanto ao princípio saneador de limitar o tamanho dos eventos, estamos inteiramente de acordo. Acho que foi uma decisão correta do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS)

– Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Senhoras e os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Senhoras e os Senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2010-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 442.723.360,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor do Ministério do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 442.723.360,00 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 54000 - MINISTÉRIO DO TURISMO
UNIDADE : 54101 - MINISTÉRIO DO TURISMO

ANEXO I			CRÉDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P D	G R P D	M O D	I U T E	F T E	VALOR
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO								442.723.360
PROJETOS								
23.695	1166 10V8	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA						442.723.360
23.695	1166 10V8 0001	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA - NACIONAL						442.723.360
			F	4	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL								442.723.360
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								442.723.360

ÓRGÃO : 54009 - MINISTÉRIO DO TURISMO
UNIDADE : 54101 - MINISTÉRIO DO TURISMO

ANEXO D

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U T	F T E	VALOR
1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO								442.721.360
ATIVIDADES								
13 695	1166 4620	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO						442.721.360
23 695	1166 4620 0001	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NACIONAL						24.055.000
			F	3	2	40	0 100	4.110.000
			F	3	2	50	0 100	8.052.500
			F	3	2	99	0 100	11.892.500
23 695	1166 4620 0013	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE RONDONIA						521.000
			F	3	2	30	0 100	100.000
			F	3	2	99	0 100	421.000
23 695	1166 4620 0012	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO ACRE						2.015.000
			F	3	2	99	0 100	2.015.000
23 695	1166 4620 0013	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO AMAPAZ						2.015.000
			F	3	2	40	0 100	710.000
			F	3	2	99	0 100	4.387.500
23 695	1166 4620 0014	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE RORAIMA						130.000
			F	3	2	40	0 100	130.000
23 695	1166 4620 0015	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO PIAUÍ						2.080.000
			F	3	2	40	0 100	1.105.000
			F	3	2	99	0 100	975.000
23 695	1166 4620 0016	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO AMAPA						1.357.100
			F	3	2	30	0 100	300.000
			F	3	2	40	0 100	160.000
			F	3	2	99	0 100	877.100
23 695	1166 4620 0017	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO TOCANTINS						4.431.500
			F	3	2	40	0 100	195.000
			F	3	2	99	0 100	4.237.500
23 695	1166 4620 0021	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO MARANHÃO						5.434.000
			F	3	2	40	0 100	2.119.000
			F	3	2	50	0 100	1.135.800
			F	3	2	99	0 100	1.980.000
23 695	1166 4620 0022	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO PIAUÍ						6.500.000
			F	3	2	99	0 100	6.500.000
23 695	1166 4620 0023	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO CEARÁ						25.170.000
			F	3	2	40	0 100	12.540.000
			F	3	2	99	0 100	12.630.000
23 695	1166 4620 0024	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						8.840.000
			F	3	2	40	0 100	6.630.000
			F	3	2	99	0 100	2.210.000
23 695	1166 4620 0025	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO PERNAMBUCO						30.962.500
			F	3	2	40	0 100	22.157.500
			F	3	2	99	0 100	8.805.000
23 695	1166 4620 0026	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE PERNAMBUCO						39.093.500
			F	3	2	30	0 100	4.483.000
			F	3	2	40	0 100	9.315.000
			F	3	2	50	0 100	4.225.000
			F	3	2	99	0 100	20.868.500
23 695	1166 4620 0027	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE ALAGOAS						10.920.000
			F	3	2	40	0 100	6.113.000
			F	3	2	50	0 100	920.000
			F	3	2	99	0 100	1.885.000
23 695	1166 4620 0028	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE SERGIPE						11.697.500
			F	3	2	40	0 100	907.500
			F	3	2	99	0 100	10.790.000
23 695	1166 4620 0029	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DA BAHIA						40.133.750
			F	3	2	30	0 100	130.000
			F	3	2	40	0 100	14.562.500
			F	3	2	50	0 100	65.000
			F	3	2	99	0 100	25.396.250
23 695	1166 4620 0031	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS						28.690.500
			F	3	2	40	0 100	11.397.500
			F	3	2	50	0 100	470.000
			F	3	2	99	0 100	16.823.000
23 695	1166 4620 0032	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO						3.835.000

23 695	1166 4620 0033	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	2	40	0	100	1.465.000
			F	3	2	50	0	100	355.000
			F	3	2	99	0	100	2.015.000
			F	3	2	40	0	100	2.190.000
			F	3	2	50	0	100	3.573.750
			F	3	2	99	0	100	5.342.300
23 695	1166 4620 0035	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	3	2	40	0	100	94.838.500
			F	3	2	50	0	100	15.345.000
			F	3	2	99	0	100	4.822.000
			F	3	2	40	0	100	60.000.000
			F	3	2	50	0	100	14.469.500
			F	3	2	99	0	100	19.902.360
23 695	1166 4620 0041	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO PARANA	F	3	2	40	0	100	1.692.300
			F	3	2	50	0	100	14.024.860
			F	3	2	99	0	100	4.185.000
23 695	1166 4620 0042	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	3	2	40	0	100	8.349.000
			F	3	2	50	0	100	5.227.300
			F	3	2	99	0	100	1.180.000
23 695	1166 4620 0043	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	3	2	40	0	100	2.281.500
			F	3	2	50	0	100	5.167.500
			F	3	2	99	0	100	2.357.500
			F	3	2	40	0	100	349.000
			F	3	2	50	0	100	2.478.000
			F	3	2	99	0	100	4.187.500
23 695	1166 4620 0051	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE MATO GROSSO	F	3	2	40	0	100	975.000
			F	3	2	50	0	100	780.000
			F	3	2	99	0	100	2.162.500
23 695	1166 4620 0052	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	2	40	0	100	17.298.000
			F	3	2	50	0	100	1.807.500
			F	3	2	99	0	100	1.337.500
23 695	1166 4620 0053	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	2	40	0	100	14.145.000
			F	3	2	50	0	100	7.610.000
			F	3	2	99	0	100	4.490.000
23 695	1166 4620 0054	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	F	3	2	40	0	100	3.120.000
			F	3	2	50	0	100	715.000
23 695	1166 4620 0056	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - FUNDAÇÃO SÃO LUIS CONVENÇÃO E EVENTOS - NO ESTADO DO MARANHÃO	F	3	2	40	0	100	715.000
			F	3	2	50	0	100	150.000
23 695	1166 4620 0084	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - PALMAS - TO	F	3	2	40	0	100	130.000
			F	3	2	50	0	100	20.000
23 695	1166 4620 0092	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ASSOCIAÇÃO SERGIANA DE BLOCOS DE TRIO - NO ESTADO DO SERGIPE	F	3	2	40	0	100	6.370.000
			F	3	2	50	0	100	63.000
23 695	1166 4620 0124	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - VOLTA REDONDA - RJ	F	3	2	40	0	100	65.000
			F	3	2	50	0	100	675.000
23 695	1166 4620 0140	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SAO JOAO DE MERITI - RJ	F	3	2	40	0	100	575.000
			F	3	2	50	0	100	100.000
23 695	1166 4620 0144	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CANDIDO SALES - BA	F	3	2	40	0	100	100.000
			F	3	2	50	0	100	170.000
23 695	1166 4620 0152	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - AMERICANA - SP	F	3	2	40	0	100	100.000
			F	3	2	50	0	100	100.000
23 695	1166 4620 0154	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - BRASILIA - DF	F	3	2	40	0	100	100.000
			F	3	2	50	0	100	1.835.000
23 695	1166 4620 0186	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NA RUA DO CENTRO OESTE	F	3	2	40	0	100	455.000
			F	3	2	50	0	100	1.430.000
23 695	1166 4620 0158	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SOCIEDADE GOIANA DE PECUARIA E AGRICULTURA - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	2	40	0	100	100.000
			F	3	2	50	0	100	383.000
23 695	1166 4620 0160	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - MARACANAU - CE	F	3	2	40	0	100	581.000
			F	3	2	50	0	100	195.000
23 695	1166 4620 0251	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - LAGUNA - SC	F	3	2	40	0	100	95.500
			F	3	2	50	0	100	97.500
23 695	1166 4620 0260	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CAPELA - SE	F	3	2	40	0	100	130.000
			F	3	2	50	0	100	100.000
23 695	1166 4620 0268	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SAO PAULO - SP	F	3	2	40	0	100	100.000
			F	3	2	50	0	100	96.000
23 695	1166 4620 0338	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - DETERRO - PB	F	3	2	40	0	100	96.000
			F	3	2	50	0	100	96.000
23 695	1166 4620 0342	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CONCEICAO - PB	F	3	2	40	0	100	96.000
			F	3	2	50	0	100	100.000
23 695	1166 4620 0362	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - GOIANIA - GO	F	3	2	40	0	100	100.000
			F	3	2	50	0	100	257.500
23 695	1166 4620 0430	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - RIBEIRAO PRETO - SP	F	3	2	40	0	100	127.500
			F	3	2	50	0	100	

23 693	1166 4620 0518	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CENTRO DE ESTUDOS CASA CURTA - ARACAJU - SE	F	3	2	99	0	100	170.000 260.000
23 693	1166 4620 0520	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ESTANCIA - SE	F	3	2	30	0	100	760.000 90.000
23 693	1166 4620 0522	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - FRIE PALEO - SE	F	3	2	40	0	100	90.000 80.000
23 693	1166 4620 0524	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - LAGARTO - SE	F	3	2	40	0	100	50.000 50.000
23 693	1166 4620 0526	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - MACANGRUBA - SE	F	3	2	40	0	100	50.000 30.000
23 693	1166 4620 0528	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - MOTA BONITA - SE	F	3	2	40	0	100	50.000 90.000
23 693	1166 4620 0530	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - POÇO VERDE - SE	F	3	2	40	0	100	90.000 90.000
23 693	1166 4620 0534	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - INHAMBUPE - BA	F	3	2	40	0	100	90.000 160.000
23 693	1166 4620 0536	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SANTU ANTONIO DE JESUS - BA	F	3	2	40	0	100	160.000 160.000
23 693	1166 4620 0538	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SATIRO DIAS - BA	F	3	2	40	0	100	160.000 100.000
23 693	1166 4620 0542	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ITAGIBA - BA	F	3	2	40	0	100	100.000 131.000
23 693	1166 4620 0544	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - RAFA DO ROCHA - BA	F	3	2	40	0	100	135.000 170.000
23 693	1166 4620 0546	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CAMACAN - BA	F	3	2	40	0	100	170.000 230.000
23 693	1166 4620 0548	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CAJARIÊS CONTINHO - BA	F	3	2	40	0	100	230.000 230.000
23 693	1166 4620 0550	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SAO DOMINGOS - BA	F	3	2	40	0	100	230.000 260.000
23 693	1166 4620 0552	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SANTALUZ - BA	F	3	2	40	0	100	260.000 190.000
23 693	1166 4620 0554	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SALTE SALVADOR DA BAHIA NAS CAPITAS - NACIONAL	F	3	2	40	0	100	190.000 160.000
23 693	1166 4620 0564	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - OS INDEPENDENTES - BARRETOS - SP	F	3	2	50	0	100	160.000 22.500
23 693	1166 4620 0588	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - 2ª APARECIDA E SHOW - APARECIDA DE GOIANIA - GO	F	3	2	50	0	100	22.500 150.000
23 693	1166 4620 0592	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - MIGUEL ALVES - NO ESTADO DO PIAUI	F	3	2	40	0	100	150.000 48.750
23 693	1166 4620 0594	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - PARNATIBA - NO ESTADO DO PIAUI	F	3	2	40	0	100	48.750 48.750
23 693	1166 4620 0596	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - FESTIVAL DE INVERNO EM PEDRO II - NO MUNICIPIO DE PEDRO II - NO ESTADO DO PIAUI	F	3	2	99	0	100	48.750 48.750
23 693	1166 4620 0598	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - BOM JESUS - NO ESTADO DO PIAUI	F	3	2	40	0	100	48.750 48.750
23 693	1166 4620 0600	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ITAREMA - CE	F	3	2	40	0	100	48.750 200.000
23 693	1166 4620 0614	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ASSOCIACAO MUSICAL E CULTURAL DE CAVALHEIRO - JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	F	3	2	40	0	100	100.000 100.000
23 693	1166 4620 0618	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NOSSA SENHORA DA GLORIA - SE	F	3	2	50	0	100	100.000 100.000
23 693	1166 4620 0622	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - INSTITUTO MUITO ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	2	40	0	100	100.000 390.000
23 693	1166 4620 0628	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - RIO BRANCO - NO ESTADO DO ACRE	F	3	2	50	0	100	390.000 195.000
23 693	1166 4620 0634	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - VI CONGRESSO BRASILEIRO DE CARDIOLOGIA - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	2	30	0	100	195.000 250.000
23 693	1166 4620 0640	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ACOG - ASSOC. COMERCIAL INDUS. E DE SERVIÇOS DO ESTADO DE GOIÁS - NO ESTADO DE GOIÁS	F	3	2	50	0	100	260.000 450.000
23 693	1166 4620 0642	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CACHUEIRINHA - PE	F	3	2	50	0	100	150.000 100.000
23 693	1166 4620 0644	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ITRATUBA - PE	F	3	2	40	0	100	100.000 100.000

23.695	1166 4620 0646	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - JAQUEIRA - PE	F	3	2	40	0	100	100.000
23.695	1166 4620 0648	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - LAGOA DO ITAINGA - PE	F	3	2	40	0	100	100.000
23.695	1166 4620 0650	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SAO CRISTOVAO - SE	F	3	2	40	0	100	100.000
23.695	1166 4620 0652	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - AVARE - SP	F	3	2	50	0	100	150.000
23.695	1166 4620 0654	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - BAURETTE - SP	F	3	2	99	0	100	175.000
23.695	1166 4620 0656	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - COTIA - SP	F	3	1	50	0	100	220.000
23.695	1166 4620 0658	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ITUVERAVA - SP	F	3	2	99	0	100	475.000
23.695	1166 4620 0660	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - MONTE AZUL PAULISTA - SP	F	3	2	40	0	100	100.000
23.695	1166 4620 0662	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SALTO - SP	F	3	2	99	0	100	170.000
23.695	1166 4620 0674	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - MACAE - RJ	F	3	2	99	0	100	150.000
23.695	1166 4620 0676	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - IBI - INST. BRASILEIRO DE INTEGRACAO - CULTURA, TURISMO E CIDADANIA - BRASILIA - DF	F	3	2	99	0	100	10.000
23.695	1166 4620 0680	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - BELO HORIZONTE - MG	F	3	2	50	0	100	50.000
23.695	1166 4620 0684	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	F	3	2	50	0	100	113.000
23.695	1166 4620 0686	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - FESTIVAL DO 45º FESTIVAL FOLCLOIRICO DE PARINTINS - FAMILIENS - AM	F	3	2	40	0	100	325.000
23.695	1166 4620 0688	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CORONEL VIVIDA - PR	F	3	2	40	0	100	130.000
23.695	1166 4620 0692	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - PROMOCAO DO 45º FESTIVAL FOLCLOIRICO DE PARINTINS - FAMILIENS - AM	F	3	2	40	0	100	30.000
23.695	1166 4620 0694	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - PASSAGEM - PB	F	3	2	50	0	100	65.000
23.695	1166 4620 0696	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - BELEM - PB	F	3	2	40	0	100	63.000
23.695	1166 4620 0698	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - SANTAREM - PI	F	3	2	40	0	100	50.000
23.695	1166 4620 0700	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CRUZ DO ESPIRITO SANTO - PB	F	3	2	40	0	100	80.000
23.695	1166 4620 0702	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - FESTA DE SAO PEDRO - AGUA BRANCA - PE	F	3	2	40	0	100	300.000
23.695	1166 4620 0706	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - BRASILIA TUR - BRASILIA - DF	F	3	2	40	0	100	150.000
23.695	1166 4620 0712	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - NORDESTINA - BA	F	3	2	70	0	100	130.000
23.695	1166 4620 0714	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - TEOLANDIA - BA	F	3	2	40	0	100	300.000
23.695	1166 4620 0716	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - WENCESLAU GOMARRES - BA	F	3	2	40	0	100	710.000
23.695	1166 4620 0718	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ANIVERSARIO DE BRASILIA - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	2	40	0	100	310.000
23.695	1166 4620 0728	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - JORNADA LIZ, CAMERA, EDUCACAO - FESTIVAL AUDIOVISUAL DO BRASIL - TERESOPOLIS - RJ	F	3	2	50	0	100	640.000
23.695	1166 4620 0730	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - EVENTO SAMBA RECIFE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	3	2	30	0	100	140.000
23.695	1166 4620 0736	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA - NACIONAL	F	3	2	50	0	100	180.000
23.695	1166 4620 0742	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - EVENTO TURISTICO ARRATA NO PE - RECIFE - PE	F	3	2	99	0	100	130.000
23.695	1166 4620 0744	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - JOAO PESSOA - PB	F	3	2	50	0	100	700.000
23.695	1166 4620 0746	PROMOCAO DE EVENTOS PARA DIVULGACAO DO TURISMO INTERNO - ABRASEL - NO ESTADO DO AMAPA	F	3	2	40	0	100	65.000
		TURISMO INTERNO - ABRASEL - NO ESTADO DO AMAPA	F	3	2	50	0	100	92.500
TOTAL - FISCAL									442.723.360
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									442.723.360

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço apenas a V.Ex^a que registre os votos contrários do Deputado Rogério Marinho e do Deputado Luiz Carreira.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Pois não. Estão registrados os votos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) –
Item 2

PROJETO DE LEI Nº 3, de 2010-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3, de 2010-CN, que *“Altera o inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010”*.

Ao projeto de lei foram apresentadas duas emendas.

O SR. LUIZ CARREIRA (DEM – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para o PLN nº 3 não há acordo.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não houve acordo para o PLN nº 3 entrar em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não houve acordo? Estava em cima da mesa.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN. Pela ordem.) – Não houve acordo. O acordo feito na Comissão foi no sentido de votarmos o PLN nº 1.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero esclarecer que o Projeto nº 3 já estava na pauta, porque já havia sido aprovado na Comissão. Não há agora entendimento para que possa ser votado nesta noite, que é o que a Oposição está propondo.

Sr. Presidente, solicitamos a V.Exa, deixando claro tratar-se de um PL fundamental já aprovado na Comissão, que façamos o debate e a votação. Gostaríamos de pelo menos começar o debate, mas, não sendo possível, que possamos, na sessão de quinta-feira, às 10h, tratar da matéria, essencial para todos nós.

Solicito ainda que amanhã esclareçamos as dúvidas que ainda houver por parte da Oposição.

O SR. LUIZ CARREIRA (DEM – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o compromisso do Democratas é de amanhã abrirmos a discussão. Não há compromisso de votarmos a matéria na quinta-feira, salvo se o processo avançar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Não havendo acordo, retiramos a matéria da pauta e convocamos sessão conjunta do Congresso Nacional para quinta-feira, dia 27, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente sessão do Congresso Nacional.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 21 horas e 35 minutos.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁵ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

²Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹²Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**



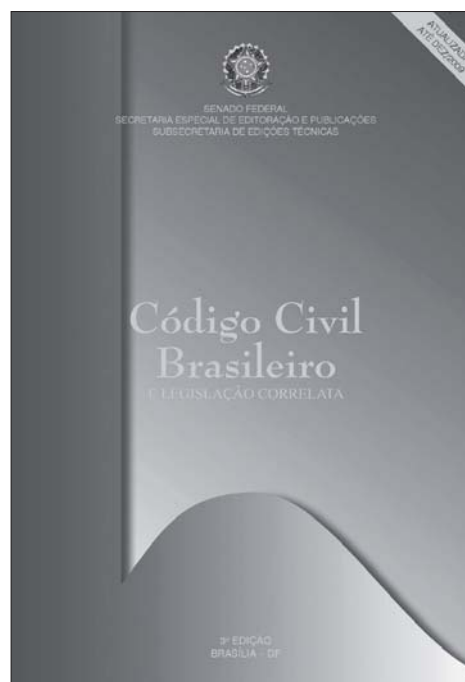
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil



Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6 e demais emendas constitucionais.

Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata



Texto da Lei nº 10.406/2002, sua respectiva Exposição de Motivos e farta legislação pertinente ao tema, comentários doutrinários e súmulas de jurisprudência.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 34 páginas

OS: 2010/12841